Docusign Envelope ID: CBE0E72C-1064-4AE7-B055-C8E0EB3138C8

comgas

investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 04 de março de 2026, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5) divulga seus resultados referentes ao ano de 2025. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano de 2024 ou conforme indicado.

Mensagem da Administração

Ao final de 2025, ultrapassamos a marca de 2,8 milhões de clientes em nossa base, o que representa um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior. No exercício de 2025, o volume total distribuído apresentou redução de 0,6%, em comparação a 2024, como resultado, principalmente, da retração no consumo dos segmentos Industrial, Cogeração e Automotivo. Tal redução foi parcialmente compensada pelo aumento do volume distribuído nos segmentos Residencial, Comercial e Termogeração. O segmento Residencial registrou crescimento de 9,6% no volume consumido em relação a 2024, impulsionado tanto pela temperatura média mais baixa no período quanto por um comportamento de consumo mais favorável em relação ao ano anterior. No segmento Comercial, observou-se uma expansão de 0,1% frente a 2024, influenciada pelo aumento de consumo de grandes clientes, com destaque para os setores gastronômico e de hospitalidade. O segmento Industrial apresentou uma retração de 0,2% no volume de 2025 em comparação a 2024. O segmento de Cogeração registrou queda de 13,0% no volume consumido em 2025, quando comparado ao exercício de 2024, refletindo, principalmente, a menor demanda dos setores de celulose e papel e o setor químico. O segmento Automotivo (GNV) apresentou uma redução de 20,2%, frente ao 2024, em função da menor competitividade do GNV em relação aos demais combustíveis, especialmente na frota de veículos leves. A receita líquida da Companhia totalizou R$ 11,6 bilhões no exercício, representando uma queda de 25,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciada, sobretudo, pela migração de clientes para o mercado livre. O EBITDA apresentou retração de 1,3%, totalizando R$ 3,7 bilhões, impactado principalmente pela alteração no mix de vendas entre os segmentos e pela redução de volumes em relação ao período anterior. Os investimentos realizados ao longo do exercício somaram R$ 1,4 bilhão em linha com o plano de investimentos da Companhia. Ao final de 2025, a alavancagem encerrou em 1,89x. No período, a Companhia captou R$ 2,5 bilhões, por meio da 13ª e 14ª Emissões de Debêntures, além de ter realizado a distribuição de R$ 444 milhões em JCP e R$ 750 milhões em dividendos.

Sumário das Informações

R$ Mil	2025	2024	2025 x 2024
Total de clientes	2.841.213	2.683.924	5,9%
Volume (mil m³)	4.227.669	4.252.793	-0,6%
Receita Operacional Líquida	11.589.616	15.443.193	-25,0%
EBITDA	3.677.745	3.726.899	-1,3%
Resultado do período	1.546.478	1.792.464	-13,7%
CAPEX	1.417.064	1.533.883	-7,6%
Dívida líquida	6.949.629	6.709.347	3,6%
Alavancagem	1,89x	1,80x	n/a

Volume (mil m³)	2025	2024	2025 x 2024
Residencial	354.126	323.025	9,6%
Comercial	154.876	154.723	0,1%
Industrial	3.450.995	3.457.786	-0,2%
Cogeração	168.253	193.442	-13,0%
Automotivo	96.997	121.502	-20,2%
Termogeração	2.422	2.315	4,6%
Volume	4.227.669	4.252.793	-0,6%
mm³/dia	11,6	11,7	-0,9%

Capital Humano: Em atendimento às recentes atualizações da legislação societária e às melhores práticas de governança corporativa, a Companhia reforça seu compromisso com a transparência, a equidade de gênero e a valorização da diversidade. Nesse contexto, são apresentadas informações relativas à representatividade feminina em sua estrutura organizacional, bem como proporção da remuneração total entre gêneros por nível hierárquico.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
		Total %		Total %
Conselho de Administração	1	20,0%	1	40,0%
Conselho Fiscal (Efetivo e Suplentes)	1	20,0%	2	20,0%
Diretoria e Presidência	3	30,0%	4	40,0%
Gerência e Gerência Executiva	34	46,0%	26	43,3%
Coordenação/Supervisão	33	54,1%	32	52,5%
Administrativo	325	50,2%	324	50,9%
Operacional	34	9,4%	30	8,3%

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Conselho de Administração	0,26	0,27
Conselho Fiscal (Efetivo e Suplentes)	1,00	1,00
Diretoria e Presidência	1,10	0,88
Gerência e Gerência Executiva	0,90	0,90
Coordenação/Supervisão	0,94	0,94
Administrativo	0,91	0,90
Operacional	0,77	0,81

Auditores Independentes: Em conformidade com a Resolução 162/22, a Companhia informa que a empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, não foi contratada para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.260.666	2.188.418
Títulos e valores mobiliários	7	1.402.949	1.022.247
Contas a receber de clientes	8	902.233	1.387.974
Instrumentos financeiros derivativos	15	69.736	99.173
Estoques		147.474	149.260
Recebíveis de partes relacionadas	9 a)	695	5.354
Outros tributos a recuperar	10.1	60.042	146.742
Ativos financeiros setoriais	11	217.396	208.173
Outros ativos		32.815	70.239
Ativo circulante		**4.094.006**	**5.277.580**
Contas a receber de clientes	8	15.424	9.065
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 b)	69.961	160.617
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		20.902	19.855
Outros tributos a recuperar	10.1	151.142	116.091
Depósitos judiciais	21	141.384	137.380
Instrumentos financeiros derivativos	15	131.876	186.195
Ativos financeiros setoriais	11	390.622	509.695
Ativo financeiro indenizável e outros ativos		660.127	424.385
Intangível	12	8.430.346	7.764.444
Ativos de contrato	13	793.514	945.415
Direito de uso		47.476	40.771
Ativo não circulante		**10.852.774**	**10.313.913**
Total do ativo		**14.946.780**	**15.591.493**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.366.818	1.638.128
Passivos de arrendamento		9.446	8.128
Fornecedores	19	644.696	1.156.722
Ordenados e salários a pagar		122.935	110.569
Imposto de renda e contribuição social		41.716	121.959
Outros tributos a pagar	10.2	167.672	194.389
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23 c)	905	1.065
Pagáveis a partes relacionadas	9 a)	133.153	223.829
Passivos financeiros setoriais	11	76.733	64.718
Outros passivos financeiros		84.105	132.999
Outras provisões		29.857	22.941
Passivo circulante		**2.678.036**	**3.675.447**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	8.173.805	8.151.073
Passivos de arrendamento		34.007	27.761
Instrumentos financeiros derivativos	15	230.781	380.290
Provisão para demandas judiciais	21	47.543	70.413
Ordenados e salários a pagar		8.171	7.954
Obrigações de benefício pós-emprego	22	382.170	376.606
Passivos financeiros setoriais	11	1.931.076	1.749.274
Imposto de renda e contribuição social		353	–
Outros tributos a pagar	10.2	19.356	18.812
Passivo não circulante		**10.827.262**	**10.782.183**
Total do passivo		**13.505.298**	**14.457.630**
Patrimônio líquido			
Capital social	23	536.315	536.315
Reserva de capital		1.201	1.201
Reserva de reavaliação		239	5.761
Outros resultados abrangentes		(56.655)	(11.646)
Reservas de lucros		960.382	602.232
Total do patrimônio líquido		**1.441.482**	**1.133.863**
Total do passivo e patrimônio líquido		**14.946.780**	**15.591.493**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	11.589.616	15.443.193
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(8.089.763)	(12.122.087)
Resultado bruto		**3.499.853**	**3.321.106**
Despesas de vendas	25	(168.230)	(135.406)
Despesas gerais e administrativas	25	(283.580)	(299.193)
Outros resultados operacionais, líquidos	26	(58.714)	186.948
Despesa operacional		**(510.524)**	**(247.651)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		**2.989.329**	**3.073.455**
Despesas financeiras		(1.117.969)	(833.373)
Receitas financeiras		493.499	569.227
Variação cambial, líquida		169.520	(483.683)
Efeito líquido dos derivativos		(441.755)	309.224
Resultado financeiro líquido	27	**(896.705)**	**(438.605)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.092.624**	**2.634.850**
Corrente		(432.303)	(711.220)
Diferido		(113.843)	(131.166)
Imposto de renda e contribuição social	20	**(546.146)**	**(842.386)**
Resultado líquido do exercício		**1.546.478**	**1.792.464**
Resultado básico e diluído por ação - em Reais:	28		
Ordinárias		11,4227	13,2396
Preferenciais		12,5650	14,5636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício		1.546.478	1.792.464
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais com plano de benefício definido	22	7.615	77.731
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	20	(2.589)	(26.429)
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	14	(75.811)	–
Tributos sobre efeito de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	20	25.776	–
Total		**(45.009)**	**51.302**
Resultado abrangente do exercício		**1.501.469**	**1.843.766**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

		Reserva de capital			Reservas de lucros			
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**536.315**	**1.201**	**5.761**	**(11.646)**	**107.263**	**494.969**	**–**	**1.133.863**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.546.478	1.546.478
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 22)	–	–	–	7.615	–	–	–	7.615
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	(2.589)	–	–	–	(2.589)
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, líquidos	–	–	–	(50.035)	–	–	–	(50.035)
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(5.522)	–	–	5.522	–	–
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**–**	**–**	**(5.522)**	**(45.009)**	**–**	**5.522**	**1.546.478**	**1.501.469**
Dividendos intercalares (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	(750.000)	(750.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos (Nota 23)	–	–	–	–	–	396	–	396
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	(444.246)	(444.246)
Retenção de lucros (Nota 23)	–	–	–	–	–	352.232	(352.232)	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	**–**	**–**	**(5.522)**	**(45.009)**	**–**	**358.150**	**–**	**307.619**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**536.315**	**1.201**	**239**	**(56.655)**	**107.263**	**853.119**	**–**	**1.441.482**

		Reserva de capital				Reservas de lucros			
	Capital social	Incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**536.315**	**1.201**	**(48.052)**	**5.761**	**(62.948)**	**107.263**	**1.154.634**	**–**	**1.694.174**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.792.464	1.792.464
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 22)	–	–	–	–	77.731	–	–	–	77.731
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	(26.429)	–	–	–	(26.429)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**51.302**	**–**	**–**	**1.792.464**	**1.843.766**
Dividendos (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	(1.154.634)	(1.250.000)	(2.404.634)
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	557	–	557
Recomposição de reserva de capital	–	–	48.052	–	–	–	(48.052)	–	–
Retenção de lucros (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	542.464	(542.464)	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	**–**	**–**	**48.052**	**–**	**51.302**	**–**	**(659.665)**	**–**	**(560.311)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**536.315**	**1.201**	**–**	**5.761**	**(11.646)**	**107.263**	**494.969**	**–**	**1.133.863**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas			
Receitas de distribuição de gás	24	12.753.704	17.388.982
Receitas na prestação de serviços, penalidades e outros	24	369.974	465.749
Perda de créditos esperada	8	(40.306)	(16.994)
Receita de construção	24	1.337.217	1.451.629
Outros resultados operacionais, líquidos	26	(58.714)	186.948
Total		**14.361.875**	**19.476.314**
Custos e despesas			
Custo do gás, transportes e outros		(7.299.693)	(12.307.608)
Custos de serviços, materiais e outras despesas		(1.535.592)	(1.625.299)
Total		**(8.835.285)**	**(13.932.907)**
Valor adicionado bruto		**5.526.590**	**5.543.407**
Retenções			
Amortização	25	(688.416)	(653.444)
Total		**(688.416)**	**(653.444)**
Valor adicionado líquido gerado		**4.838.174**	**4.889.963**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		663.019	569.227
Total		**663.019**	**569.227**
Valor adicionado total a distribuir		**5.501.193**	**5.459.190**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		**321.957**	**241.514**
Remuneração direta		243.144	152.763
Benefícios		60.618	73.394
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)/Outros		18.195	15.357
Impostos, taxas e contribuições		**1.947.541**	**2.292.795**
Federais		974.904	1.350.029
Estaduais		904.571	890.892
Municipais		68.066	51.874
Despesas financeiras e aluguéis		**1.685.217**	**1.132.417**
Juros		1.593.652	1.213.075
Aluguéis e arrendamentos		44.251	46.370
Outros		47.314	(127.028)
Remuneração de capitais próprios		**1.546.478**	**1.792.464**
Dividendos propostos		750.000	1.250.000
Juros sobre capital próprio		444.246	–
Resultado líquido de destinações		352.232	542.464
Total		**5.501.193**	**5.459.190**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →★

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2026 | 22:39:36 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CBE0E72C-1064-4AE7-B055-C8E0EB3138C8

investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.092.624	2.634.850
Ajustes por:			
Amortizações	25	688.416	653.444
Resultado nas baixas de ativos intangíveis	26	43.759	58.971
Transações com pagamento baseado em ações		197	–
Provisão para demandas judiciais e parcelamentos tributários	26	9.380	39.740
Juros, variações monetárias, líquidos		1.098.527	622.363
Provisão de bônus e participação no resultado		74.542	70.351
Atualização do ativo financeiro da concessão		(14.164)	(41.764)
Perdas de crédito esperadas	8	40.306	16.994
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	11	212.204	(48.624)
Reversão de provisões diversas		–	(182.207)
Outros		5.619	10.929
		4.251.410	**3.835.047**
Variação em:			
Contas a receber de clientes		499.374	(51.470)
Estoques		(3.832)	(18.071)
Outros tributos, líquidos		82.432	116.815
Partes relacionadas, líquidas		(86.050)	208.487
Imposto de renda e contribuição social pagos		(551.414)	(859.664)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(508.897)	(141.900)
Ordenados e salários a pagar		(60.292)	(67.410)
Benefícios pós-emprego		(30.891)	(31.099)
Outros ativos e passivos, líquidos		(77.804)	(109.143)
		(737.374)	**(953.455)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**3.514.036**	**2.881.592**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários		(260.118)	(127.751)
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.452.748)	(1.502.513)
Caixa recebido na venda de outros ativos		1.638	1.496
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.711.228)**	**(1.628.768)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos de custo de captação	14	2.453.412	3.702.814
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(2.963.057)	(1.166.499)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(629.219)	(374.252)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(418.794)	(355.584)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		31.112	27.658
Amortização de principal sobre arrendamentos		(6.641)	(4.994)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(3.363)	(3.347)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	23 c)	(1.194.010)	(2.735.338)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(2.730.560)**	**(909.542)**
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**(927.752)**	**343.282**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.188.418	1.845.136
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1.260.666	2.188.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transações que não envolvem caixa: (i) Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R$ 152.638 (R$ 195.670 em 31 de dezembro de 2024). (ii) Reconhecimento de direito de uso no montante de R$ 14.204 (R$ 174 em 31 de dezembro de 2024), relativo a reajustes contratuais enquadrados na norma de arrendamentos. **Apresentação de juros:** Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários, assim como, os juros pagos e capitalizados nos ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio de participação direta de 99,14% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 30 de maio de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. **Plano Regulatório (Revisão Tarifária Ordinária - 2025/2029):** Em 09 de setembro de 2025, foi publicada pela ARSESP a Deliberação nº 1.709, que aprovou os resultados da 5ª Revisão Tarifária Ordinária (5ª RTO) da Companhia, referente ao ciclo regulatório de 10 de dezembro de 2024 a 9 de dezembro de 2029. A revisão foi conduzida conforme metodologia previamente aprovada pela Agência Reguladora e estabeleceu a Margem Máxima Inicial (P_0). Os resultados da 5ª RTO foram implementados a partir do reajuste de 10 de setembro de 2025, refletindo os parâmetros econômicos e operacionais definidos pela ARSESP, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® *Interpretations*), observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado abrangente, conforme nota explicativa 5. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações utilizando a referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2026.

3. Políticas contábeis, premissas e estimativas materiais

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo. **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. Nota 8 - determinação do montante de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas; ii. Nota 12 - avaliação da redução ao valor recuperável de ativos; iii. Nota 16 - determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros derivativos; iv. Nota 18 - determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de fornecimento de gás canalizado; v. Nota 20 - determinação das premissas utilizadas nas projeções de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos; vi. Nota 21 - determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais; vii. Nota 22 - determinação das premissas para apuração das obrigações de benefício pós-emprego. **3.3 Impactos relacionados as mudanças climáticas:** A Companhia realizou um estudo de riscos e oportunidades climáticas, abrangendo a totalidade de seus ativos, com o objetivo de fortalecer a compreensão dos impactos das mudanças climáticas na Companhia. Para o exercício de 2025 não houve materialização desses riscos com impactos financeiros a serem divulgados. **3.4 Informações por segmento:** A Companhia adota como base o CPC 22 (Informações por Segmento), inspirado no IFRS 8, o qual requer a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais. Conforme avaliação da Administração, a Companhia atua em uma única atividade operacional de forma integrada e homogênea, com foco exclusivo na distribuição de gás natural dentro de uma única região geográfica, no estado de São Paulo. No exercício de suas atividades, a Companhia atende a dois tipos de mercados principais: clientes cativos, que são atendidos em condições reguladas pela Agência Reguladora (ARSESP), incluindo tarifas e condições contratuais padronizadas, e clientes livres, que possuem maior flexibilidade na negociação de contratos de suprimento, devido à possibilidade de escolha de seus fornecedores de gás natural, também nas condições estabelecidas pela ARSESP. Apesar da distinção entre os perfis de clientes, as operações da Companhia são conduzidas de forma integrada, não havendo a constituição de unidades de negócio separadas ou segmentos operacionais que atendam aos critérios estabelecidos pelo CPC 22, tais como a geração de receitas e despesas separadas ou a apresentação de informações financeiras individualizadas. As informações por categorias de clientes são elaboradas e apresentadas de forma consistente com os relatórios internos utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais (*Chief Operating Decision Maker - CODM*), que é o Presidente da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho da Companhia como um todo, não havendo avaliação de performance segregada por segmentos. Dessa forma, a Companhia conclui que não possui segmentos reportáveis, não havendo informações adicionais a serem divulgadas em conformidade com o CPC 22. **3.5 Reapresentação da demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia procedeu a reapresentação de determinadas rubricas da DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em atendimento a resolução CVM 199/2024, a fim de manter a comparabilidade com o saldo de 31 de dezembro de 2025. A reapresentação resultou nas seguintes reclassificações de valores anteriormente apresentados: (i) Correção dos valores anteriormente apresentados em "Custos de serviços, materiais e outras despesas" no grupo de custos e despesas referente a juros capitalizados, mão de obra gerada internamente e taxas pagas para "Despesas financeiras e aluguéis juros", "Pessoal e encargos - Remuneração direta e benefícios" e "Impostos, taxas e contribuições - municipais" respectivamente. Os referidos valores haviam sido classificados em custos de serviços, materiais e outras despesas, porém, dado a suas naturezas, a correta classificação é nas rubricas apresentadas acima. Tais ajustes, não geraram impacto relevante em qualquer índice no contexto das demonstrações financeiras individuais.

	31/12/2024 (Reportado)	Reapresentação	31/12/2024 (Reapresentado)
Custos e despesas			
Custos de serviços, materiais e outras despesas	(1.851.552)	226.253	(1.625.299)
Total	**(14.159.160)**	**226.253**	**(13.932.907)**
Valor adicionado bruto	**5.317.154**	**226.253**	**5.543.407**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	**111.982**	**129.532**	**241.514**
Remuneração direta	41.771	110.992	152.763
Benefícios	54.854	18.540	73.394
Impostos, taxas e contribuições	**2.275.050**	**17.745**	**2.292.795**
Municipais	34.129	17.745	51.874
Despesas financeiras e aluguéis	**1.053.441**	**78.976**	**1.132.417**
Juros	1.134.099	78.976	1.213.075
Total	**3.184.207**	**226.253**	**3.410.460**

4. Normas contábeis

4.1 Normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Companhia possui expectativa de impacto com a adoção a partir de 2027 e está avaliando os efeitos da adoção nas demonstrações financeiras e respectivas divulgações. Alterações à IFRS 9/CPC 48 e à IFRS 7/CPC 40 (R1) - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam tornar determinados requisitos da norma mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas *Environmental*, *Social and Governance* ("ESG"); (ii) Desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Administração não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência dessas alterações.

5. Ativos e passivos financeiros

Política contábil: A classificação dos ativos e passivos financeiros é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação. A mensuração subsequente será conforme a classificação dada: a) Custo amortizado: juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado. b) Valor justo pelo resultado (VJR): valor justo reconhecido no resultado. c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Custo amortizado[ii]			
Caixa e equivalentes de caixa	6	642.584	1.147.540
Contas a receber de clientes	8	917.657	1.397.039
Recebíveis de partes relacionadas	9 a)	695	5.354
Depósito judiciais	21	141.384	137.380
Ativos financeiros setoriais	11	608.018	717.868
Ativo financeiro indenizável[iii]		552.653	412.557
		2.862.991	**3.817.738**
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	6	618.082	1.040.878
Títulos e valores mobiliários	7	1.402.949	1.022.247
Instrumentos financeiros derivativos	15 a)	201.612	285.368
		2.222.643	**2.348.493**
Total		**5.085.634**	**6.166.231**
Passivos			
Custo amortizado[ii]			
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(1.904.676)	(1.930.424)
Passivos de arrendamento		(43.453)	(35.889)
Fornecedores	19	(644.696)	(1.156.722)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23 c)	(905)	(1.065)
Pagáveis a partes relacionadas	9 a)	(133.153)	(223.829)
Parcelamento de débitos tributários	10.2	(4.074)	(4.674)
Passivos financeiros setoriais	11	(2.007.809)	(1.813.992)
Outros passivos financeiros[i]		(84.105)	(132.999)
Total		**(4.822.871)**	**(5.299.594)**
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(7.635.947)	(7.858.777)
Instrumentos financeiros derivativos	15 a)	(230.781)	(380.290)
Total		**(7.866.728)**	**(8.239.067)**
Total		**(12.689.599)**	**(13.538.661)**

[i] Refere-se, em sua totalidade, às operações classificadas como risco sacado, as quais foram antecipadas pelos fornecedores junto às instituições financeiras e possuem prazo de pagamento em torno de 90 dias. Trata-se de uma modalidade em que o fornecedor, de forma unilateral, pode optar pela antecipação de seus recebíveis junto a instituições financeiras, com base nas condições negociadas diretamente com esses terceiros, incluindo eventuais taxas aplicáveis. A Companhia não interfere na decisão do fornecedor, tampouco garante, negocia ou intermedeia essas operações, e não aufere qualquer benefício financeiro ou contratual decorrente desse modelo. Além disso, não há alteração nas condições comerciais originalmente pactuadas entre as partes, como prazo e valor contratado. Os passivos com fornecedores que não participam de acordos de risco sacado apresentam prazos de pagamento similares, também na média dos 90 dias. Por fim, não foram identificadas, no período, alterações relevantes de natureza não caixa que tenham impactado os saldos contábeis relacionados a essas operações. [ii] Não há variação significativa entre o valor dos ativos e passivos mensurados ao custo amortizado e de seus valores justos. [iii] Refere-se à parcela transferida do ativo de contrato, dos investimentos realizados na infraestrutura da concessão, cuja vida útil excede o prazo do contrato de concessão e, representa o direito incondicional da Companhia de receber indenização do Poder Concedente ao final do prazo de concessão. O saldo está registrado na rubrica Ativo financeiro indenizável e outros ativos no longo prazo e é atualizado mensalmente pelo mesmo índice de reajuste aplicado à tarifa, conforme previsto no contrato da Concessão.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		
Bancos conta movimento	67.892	214.704
Total	**67.892**	**214.704**
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB[i]	574.692	932.836
Total	**574.692**	**932.836**
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas[ii]	618.082	1.040.878
Total	**618.082**	**1.040.878**
Total	**1.260.666**	**2.188.418**

(i) Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos diversos, liquidez e/ou carência limitada a 90 dias, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado. [ii] Operações compromissadas referem-se a compras de ativos com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida entre as partes, geralmente com prazo determinado de até 90 dias, para as quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado. Essas operações são realizadas com recursos disponíveis em caixa da Companhia e não estão sujeitas à incidência de IOF. As aplicações financeiras são realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha e foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com rendimentos e liquidez diários.

7. Títulos e valores mobiliários

Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações em fundos de investimento		
Títulos públicos	1.402.949	1.022.247
Total	**1.402.949**	**1.022.247**

Os títulos públicos possuem taxa de juros atreladas a SELIC (taxa básica de juros) com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI e liquidez diária no mercado secundário.

8. Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas de gás e serviços a receber	532.504	707.064
Receita não faturada	497.453	776.752
Outros	7.249	5.943
Total	**1.037.206**	**1.489.759**
Perdas de créditos esperadas	(119.549)	(92.720)
Total	**(119.549)**	**(92.720)**
Total	**917.657**	**1.397.039**
Circulante	902.233	1.387.974
Não circulante	15.424	9.065
Total	**917.657**	**1.397.039**

Em 07 de março e 05 de junho de 2025, foram emitidas as deliberações ARSESP n° 1.669 e n° 1.691, com vigências a partir de 10 de março e 10 de junho de 2025, estabelecendo acréscimo na tarifa média ponderada de 2,75% e redução de 0,12%, respectivamente. Os efeitos desses reajustes tarifários impactam todas as categorias, com exceção do residencial e comercial. Em 09 de setembro e 09 de dezembro de 2025, foram emitidas as deliberações nº 1.710 e nº 1.754, com vigências a partir de 10 de setembro e 10 de dezembro de 2025, estabelecendo redução tarifária média ponderada de 11,15% e 22,45% respectivamente, para todas as categorias de clientes. A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2026 | 22:39:42 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CBE0E72C-1064-4AE7-B055-C8E0EB3138C8

comgas

investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

	31/12/2025	Perda esperada	31/12/2024	Perda esperada
A vencer	830.996	(7.243)	1.286.284	(2.538)
Vencidas:				
Até 30 dias	65.564	(1.063)	91.773	(1.148)
De 31 a 60 dias	14.579	(1.945)	10.757	(1.227)
De 61 a 90 dias	9.206	(3.666)	7.636	(1.664)
De 91 a 180 dias	21.950	(14.814)	12.246	(5.080)
Mais de 180 dias	94.911	(90.818)	81.063	(81.063)
Total	**1.037.206**	**(119.549)**	**1.489.759**	**(92.720)**

As variações nas perdas de créditos esperadas de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(87.818)**
(Adições) reversões	(16.994)
Baixas	12.092
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(92.720)**
(Adições) reversões	(40.306)
Baixas	13.477
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(119.549)**

9. Partes relacionadas

As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas de forma independente por cada entidade através de condições contratuais previamente acordadas.

a) Recebíveis e pagáveis a partes relacionadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raízen S.A. e suas controladas	34	72
Edge Comercialização S.A.	14	5.263
CLI Sul S.A.	80	–
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	14	–
Cosan S.A.	31	–
Total	**173**	**5.335**
Operações contratuais		
Compass Gás e Energia S.A.	475	19
Raízen S.A. e suas controladas	47	–
Total	**522**	**19**
Total do ativo circulante	**695**	**5.354**
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Necta Gás Natural S.A.	837	3.063
Edge Comercialização S.A.	125.593	216.175
Total	**126.430**	**219.238**
Operações contratuais		
Raízen S.A. e suas controladas	6.639	4.427
Compass Gás e Energia S.A.	84	–
Rumo S.A. e suas controladas	–	164
Total	**6.723**	**4.591**
Total do passivo circulante	**133.153**	**223.829**

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional[i]		
Raízen S.A. e suas controladas	928	1.132
CLI Sul S.A. [v]	1.232	1.170
Total	**2.160**	**2.302**
Compra de gás [i]		
Edge Comercialização S.A.	(1.462.417)	(1.532.569)
Necta Gás Natural S.A.	(16.567)	(32.455)
Total	**(1.478.984)**	**(1.565.024)**
Receitas (despesas) recobradas e outros efeitos		
Edge Comercialização S.A. [iii]	(816)	45.876
Raízen S.A. e suas controladas [ii]	(26.276)	(20.985)
Compass Gás e Energia S.A. [iii]	(9.485)	(22.189)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. [iii]	–	30
Commit Gás S.A. [iii]	(488)	(918)
Rumo S.A. e suas controladas [iii]	(1.245)	988
Necta Gás Natural S.A. [iii]	–	(83)
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. [iii]	–	(43)
Cosan S.A. [iii]	(73)	12
Total	**(38.383)**	**2.688**
Resultado financeiro		
Edge Comercialização S.A. [iv]	349	1.375
Rumo Malha Paulista S.A.	–	753
Total	**349**	**2.128**

[i] Operações comerciais de compra ou fornecimento de gás em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço, as condições usuais de mercado e demais condições contratuais preexistentes; [ii] Serviços compartilhados recobrados, relacionados a processos de contabilidade, impostos, serviços jurídicos, processamento de folha de pagamento etc.; [iii] Cobrança de benefícios laborais de colaboradores transferidos entre as empresas; [iv] Refere-se substancialmente à juros e encargos da Companhia atrelados ao contrato de fornecimento de gás; [v] A empresa Elevações Portuárias S.A. foi incorporada pela empresa CLI Sul S.A. em 30 de abril de 2024. **c) Remuneração dos administradores e diretores:** A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui benefícios de curto prazo, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego, remuneração baseada em ações, bônus de longo prazo e seus respectivos encargos.

	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo a administradores	32.203	22.875
Benefícios pós-emprego	624	637
Bônus de longo prazo a administradores	3.755	4.281
Total	**36.582**	**27.793**

10. Outros tributos

Política contábil: Os ativos e passivos fiscais são mensurados ao custo e corrigidos monetariamente quando aplicável. Os ativos fiscais são reconhecidos quando há tributos pagos que se espera serem restituídos pelas autoridades fiscais ou compensados com obrigações futuras, enquanto os passivos fiscais representam obrigações presentes decorrentes de tributos devidos, reconhecidos no passivo quando formalizados e exigíveis. **10.1 Outros tributos a recuperar:**

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	207.880	261.171
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	2.601	1.218
Programa de Integração Social (PIS)	549	249
Outros	154	195
Total	**211.184**	**262.833**
Circulante	60.042	146.742
Não circulante	151.142	116.091
Total	**211.184**	**262.833**

10.2 Outros tributos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	128.240	153.701
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	19.786	21.949
Programa de Integração Social (PIS)	4.215	4.698
Parcelamento de débitos tributários	4.074	4.597
Outros	30.713	28.256
Total	**187.028**	**213.201**
Circulante	167.672	194.389
Não circulante	19.356	18.812
Total	**187.028**	**213.201**

Impactos da reforma tributária: Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e determina que, a partir de 01 de janeiro de 2026, se inicia o período teste com a obrigatoriedade de destaque desses tributos em documento fiscal de forma informativa. Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado. Em conclusão ao descrito acima não haverá impactos nas peças contábeis e recolhimento dos tributos para o exercício de 2025 e 2026. A Companhia está se adaptando em preparação para o cumprimento das regulamentações aplicáveis.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pela agência reguladora ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Fundamentada pela deliberação nº 1.010, a Companhia concluiu não haver incerteza quanto ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. A Companhia reconhece ativos e passivos financeiros setoriais decorrentes das diferenças temporárias entre os custos efetivamente incorridos e aqueles considerados nos reajustes tarifários. Tais diferenças geram um direito quando os custos realizados são superiores aos contemplados na tarifa e uma obrigação quando inferiores. Esses valores são compensados em reajustes tarifários subsequentes, passando a integrar o índice de reajuste da distribuidora. A movimentação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos foi a seguinte:

	Ativo financeiro setorial	Passivo financeiro setorial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**530.038**	**(1.602.377)**	**(1.072.339)**
Custo do gás	(3.084)	–	(3.084)
Créditos tributários	–	(65.710)	(65.710)
Juros e atualização monetária	73.496	(145.905)	(72.409)
Diferimento do IGP-M - Delib. 1.162	117.418	–	117.418
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**717.868**	**(1.813.992)**	**(1.096.124)**
Custo do gás [i]	(189.395)	(24.146)	(213.541)
Créditos tributários [ii]	–	(34.940)	(34.940)
Juros e atualização monetária [iii]	43.268	(134.731)	(91.463)
Diferimento do IGP-M - Delib. 1.162 [iv]	(49.118)	–	(49.118)
Diferimento residencial - Delib. 1.709 [v]	52.092	–	52.092
Outros efeitos regulatórios	33.303	–	33.303
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**608.018**	**(2.007.809)**	**(1.399.791)**
Circulante	217.396	(76.733)	140.663
Não circulante	390.622	(1.931.076)	(1.540.454)
Total	**608.018**	**(2.007.809)**	**(1.399.791)**

[i] Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que as deliberações da ARSESP preveem recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes; [ii] Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício; [iii] Atualização monetária sobre a conta corrente de custo de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC; [iv] Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecido no ativo não circulante, conforme Deliberação ARSESP nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. A partir da Deliberação ARSESP nº 1.709, de 09 de setembro de 2025, referido diferimento passou a ser incluído na tarifa cobrada dos clientes e será amortizado até o final do ciclo tarifário vigente. [v] Conforme Deliberação ARSESP nº 1.709, de 09 de setembro de 2025, o segmento residencial individual teve a aplicação de margens reduzidas, em substituição às originalmente previstas para o novo ciclo tarifário, até 09 de dezembro de 2026. Em razão dessas tarifas reduzidas, a Companhia passou a registrar contabilmente o diferimento referente à diferença entre as tarifas cobradas dos usuários e aquelas que foram definidas no quadro tarifário da revisão ordinária. Referida diferença será adicionada às tarifas vigentes a partir de 10 de dezembro de 2026. Em 23 de fevereiro de 2026, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 1.776, que define os critérios para a destinação aos usuários dos valores auferidos pelas concessionárias de gás canalizado decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessões. A referida deliberação não gera impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, uma vez que a Companhia entende que os desembolsos de caixa ocorrerão após doze meses.

12. Intangível

Política contábil: Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão: A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. Os ativos da Companhia cuja vida útil exceder o prazo do contrato de concessão têm a parcela correspondente ao excedente reconhecida como um ativo financeiro, corrigido monetariamente, por representar um direito a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **Fidelização de clientes:** A Companhia possui investimentos realizados para viabilizar a ligação de clientes à rede de distribuição de gás, necessários para permitir o fornecimento de gás natural a partir da rede existente. Tais investimentos são reconhecidos como ativos intangíveis, uma vez que estão associados ao direito de fornecimento de gás ao cliente durante o prazo contratual. Esses ativos são amortizados de forma linear ao longo do período de vigência dos contratos. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. Conforme definido nas deliberações ARSESP nº 1.137 de 05 de março de 2021, 1.372 de 29 de dezembro de 2022 e 1.487 de 12 de janeiro de 2024, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue: Edificações e benfeitorias - 2% a 5%; Fidelização de clientes - 20% a 50%; Máquinas e equipamentos - 3,33% a 20%; Tubulações - 3,33% a 4%; Veículos - 20% Outros -10% a 20%. A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.635.945**	**1.318.984**	**57.601**	**5.047**	**12.017.577**
Adições	–	–	82.254	–	82.254
Baixas	(137.738)	(126)	–	–	(137.864)
Transferências[i]	1.294.231	114.616	(114.633)	961	1.295.175
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**11.792.438**	**1.433.474**	**25.222**	**6.008**	**13.257.142**
Adições	–	–	79.847	–	79.847
Baixas	(136.590)	–	–	–	(136.590)
Transferências[i]	1.350.265	68.369	(68.369)	2.263	1.352.528
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**13.006.113**	**1.501.843**	**36.700**	**8.271**	**14.552.927**
Valor de amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(3.818.741)**	**(1.096.427)**	**–**	**(2.639)**	**(4.369.553)**
Adições	(525.581)	(132.627)	–	(1.137)	(659.345)
Baixas	84.454	–	–	–	84.454
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(4.259.868)**	**(1.229.054)**	**–**	**(3.776)**	**(5.492.698)**
Adições	(570.628)	(120.229)	–	(1.182)	(692.039)
Baixas	62.156	–	–	–	62.156
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(4.768.340)**	**(1.349.283)**	**–**	**(4.958)**	**(6.122.581)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**7.532.570**	**204.420**	**25.222**	**2.232**	**7.764.444**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**8.237.773**	**152.560**	**36.700**	**3.313**	**8.430.346**
Vida útil (ao ano)	**2% a 20%**	**20% a 50%**	**–**	**10% a 20%**	**–**

[i] Do montante transferido de ativos de contrato, uma parcela foi reclassificada para o ativo financeiro no montante de R$ 136.590 (R$ 150.941 em 31 de dezembro de 2024). **Avaliação de redução ao valor recuperável:** A Companhia realiza anualmente revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis e ativos de contrato. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, essa análise não identificou evidências objetivas que exigissem a realização de um teste quantitativo de recuperação de ativos.

13. Ativos de contratos

Política contábil: Os ativos do contrato representam o direito contratual da Companhia relacionado às obras em andamento vinculadas a concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção. Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.

	Nota	Ativos de contrato
Valor de custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**939.902**
Adições	25	1.451.629
Transferência para intangível		(1.446.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**945.415**
Adições	25	1.337.217
Transferências para intangível		(1.489.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**793.514**

Capitalização de custos de pessoal próprio diretamente atribuíveis à construção dos ativos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram adicionados R$ 163.556 referente à mão de obra gerada internamente (R$ 126.771 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados R$ 79.018 a uma taxa média anual de 13,78% (R$ 78.980 e 10,47% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **Compromissos de investimento:** Com a conclusão da 5ª Revisão Tarifária Ordinária, a Companhia reafirma seu compromisso com a expansão e modernização da rede de distribuição de gás no Estado de São Paulo. Para o ciclo regulatório 2024-2029, a Companhia planeja investir aproximadamente R$ 10 bilhões, destinados à ampliação da infraestrutura, melhoria da qualidade do serviço e suporte à transição energética, valores em moeda de dezembro de 2025. Esse plano permitirá a conexão de mais de 600 mil novos consumidores e a construção de cerca de 3.500 km adicionais de rede, fortalecendo nossa presença em novos municípios e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da matriz energética do Estado. Considerando que o contrato de concessão adota o modelo de regulação por incentivo, cada ciclo quinquenal é estruturado com base em um plano de negócios eficiente, elaborado à luz da taxa de retorno regulatória vigente *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) definida pelo órgão regulador. Esse mecanismo visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, permitindo a recuperação, ao longo do tempo, dos investimentos prudentes e necessários à prestação do serviço. Assim, a cada revisão tarifária, a Companhia apresenta à agência reguladora um plano regulatório aderentes às premissas econômicas e operacionais do período.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como custo amortizado, com exceção daqueles designados como *hedge accounting* de valor justo ou em que a Companhia fez a opção irrevogável de registro pelo valor justo. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures cuja Companhia optou de forma irrevogável pelo reconhecimento a valor justo, a marcação a mercado do passivo é reconhecida no resultado do período com exceção do impacto da variação do risco de crédito da Companhia, cujo efeito é reconhecido em outros resultados abrangentes. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado do período como outros rendimentos ou gastos financeiros. São classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • o montante da obrigação nos termos do contrato; e • o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros Indexador	Taxa anual de juros	31/12/2025	31/12/2024
BNDES	IPCA + 4,57%	9,04%	2.585.707	2.729.947
Resolução 4.131	US$ + Pré-fixado 4,04%	4,04%	828.619	2.171.931
Debêntures (Lei 12.431)	IPCA + 6,21%	10,75%	4.221.621	2.956.899
Debêntures Institucionais	CDI + 0,45% IGPM +6,10%	15,42% 6,10%	1.904.676	1.930.424
Total			**9.540.623**	**9.789.201**
Circulante			1.366.818	1.638.128
Não circulante			8.173.805	8.151.073
Total			**9.540.623**	**9.789.201**

Valor justo

Descrição	Valor Contábil	Valor Justo
BNDES - IPCA	2.585.707	2.267.684
Loan 4131 - Pré	828.619	823.722
Debêntures - CDI	1.523.879	1.539.949
Debêntures - (Lei 12.431)	4.221.620	4.256.604
Debêntures - IGPM	380.798	373.403
Total	9.540.623	9.261.361

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas se encontram apresentadas na nota 15. O total de empréstimos garantidos é de R$2.585.707 (R$2.729.947 em 31 de dezembro de 2024). Os empréstimos, financiamento e debêntures não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2026 | 22:39:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CBE0E72C-1064-4AE7-B055-C8E0EB3138C8

comgas

investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

	31/12/2025	31/12/2024
1 a 2 anos	413.974	1.335.250
2 a 3 anos	1.914.488	412.325
3 a 4 anos	484.570	412.370
4 a 5 anos	481.337	1.972.540
5 a 6 anos	426.435	469.880
6 a 7 anos	273.249	381.852
7 a 8 anos	273.249	270.586
Acima de 8 anos	3.906.503	2.896.270
Total	**8.173.805**	**8.151.073**

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	31/12/2025	31/12/2024
Reais	8.712.004	7.617.270
Dólar [i]	828.619	2.171.931
Total	**9.540.623**	**9.789.201**

[i] Em 31 de dezembro de 2025, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos possuíam proteção contra risco cambial por meio da contratação de derivativos (nota 15). Abaixo demonstramos as movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.978.091**
Captações líquidas	3.702.814
Amortização de principal	(1.166.499)
Pagamentos de juros	(374.252)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	(80.346)
Juros, variação cambial e valor justo	729.393
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**9.789.201**
Captações líquidas	2.453.412
Amortização de principal [i]	(2.963.057)
Pagamentos de juros	(629.219)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	(78.933)
Juros, variação cambial e valor justo [ii]	969.219
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**9.540.623**

[i] Inclui: (a) resgate antecipado facultativo total da 10ª Emissão no valor de R$ 1.500.000, que foi objeto de *liability management* com a 13ª Emissão em maio de 2025; (b) amortização operação de Resolução 4.131 no valor de R$ 1.173.740 em fevereiro de 2025; e (c) amortização de R$ 167.378 em linhas do BNDES. [ii] Em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido, em outros resultados abrangentes, perdas no montante de R$ 75.811, referente a parcela atribuível a alterações no risco de crédito da própria Companhia no cálculo do valor justo de passivos financeiros designados por meio do resultado.

Captações do exercício

Segmento/ modalidade	Data	Taxa	Objetivo	Valor (R$)	Vencimento
Debêntures Institucionais	mai-25	CDI + 0,45%	Capital de giro	1.500.000	mai-28
Debêntures 12.431	out-25	IPCA + 6,80%	Investimentos	300.000	set-37
Debêntures 12.431	out-25	IPCA + 6,58%	Investimentos	700.000	set-40

a) Linhas de créditos não utilizadas: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximado de R$ 140.000 (R$ 140.000 em 31 de dezembro de 2024). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais. **b) Cláusulas restritivas ("*Covenants*"):** Alguns contratos relacionados às dívidas determinam a observância de certos índices financeiros (*financial covenants*) conforme abaixo:

Dívida	Meta	Índice em 31/12/2025
BNDES		
Resolução 4.131 **7ª Emissão a 13ª Emissão - Debêntures**	Dívida onerosa líquida [i] / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,89
14ª Emissão - Debêntures	Dívida onerosa líquida (ex-arrendamentos) [iii] / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,88

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida onerosa líquida [i]	6.949.630	6.709.347
LAJIDA [ii]	3.677.745	3.726.899
(=) Dívida líquida / LAJIDA	**1,89**	**1,80**

	31/12/2025
Dívida onerosa líquida (ex-arrendamentos) [iii]	6.906.177
LAJIDA [ii]	3.677.745
(=) Dívida líquida / LAJIDA	**1,88**

[i] "Dívida onerosa líquida" consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, passivos de arrendamentos circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e líquido dos derivativos atrelados; [ii] "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das amortizações; [iii] "Dívida onerosa líquida (ex-arrendamentos)" consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e líquido dos derivativos atrelados. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras de seus contratos.

15. Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil: Os derivativos são mensurados ao seu valor justo, sendo este atualizado ao final de cada período de reporte. A apresentação de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo). No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua (anual), sobre se os instrumentos de hedge enquadrados em *hedge accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores justos relacionados a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e são apresentados abaixo:

	Nocional 31/12/2025	*Nocional* 31/12/2024	Valor justo 31/12/2025	Valor justo 31/12/2024
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de *swa*p (juros)	6.826.226	6.103.930	(98.905)	(360.077)
Contratos de *swa*p (juros e câmbio)	749.310	1.846.710	69.736	265.155
Total dos instrumentos financeiros	**7.575.536**	**7.950.640**	**(29.169)**	**(94.922)**
Ativo circulante			69.736	99.173
Ativo não circulante			131.876	186.195
Passivo não circulante			(230.781)	(380.290)
Total			**(29.169)**	**(94.922)**

A Companhia utiliza instrumentos derivativos exclusivamente para fins de *hedge* econômico, conforme sua política de gerenciamento de risco financeiro, não sendo utilizados para fins especulativos. ***Hedge* de valor justo:** A Companhia adota a contabilidade de *hedge* de valor justo para suas operações, onde as variações do valor justo dos instrumentos de *hedge* e as variações do valor justo dos itens protegidos atribuíveis ao risco coberto, são contabilizadas por meio do resultado. Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo, ou seja, montante nocional, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura próximo a 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo, avaliadas pela Companhia, são principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos *swaps* contratados. As dívidas que possuem *hedge* de risco de juros estão indicadas na tabela abaixo:

***Hedge* risco de juros**	Indexador	*Nocional*	Valor registrado [i] 31/12/2025	Valor registrado [i] 31/12/2024	Valor justo acumulado dos ajustes de *hedge* [ii] 31/12/2025	Valor justo acumulado dos ajustes de *hedge* [ii] 31/12/2024
Empréstimo, financiamento e debêntures						
Itens designados						
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%	(708.332)	(600.312)	(678.785)	89.242	100.511
14ª Emissão - 1ª Série	IPCA + 6,58%	(300.000)	(280.866)	–	6.401	–
14ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 6,80%	(700.000)	(717.294)	–	15.042	–
Total dívida		(1.708.332)	(1.598.472)	(678.785)	110.685	100.511

***Hedge* risco de juros**	Indexador	*Nocional*	Valor registrado em 31/12/2025 Ativo	Valor registrado em 31/12/2025 Passivo	Valor registrado em 31/12/2024 Ativo	Valor registrado em 31/12/2024 Passivo
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos de *hedge*						
BNDES Projeto VIII	99,80% CDI	708.332	621.400	(712.630)	693.703	(795.268)
14ª Emissão - 1ª Série	88,27% CDI	300.000	312.530	(308.633)	–	–
14ª Emissão - 2ª Série	90,30% CDI	700.000	729.019	(719.685)	–	–
Total derivativos		**1.708.332**	1.662.949	(1.740.948)	**693.703**	**(795.268)**

[i] Saldos registrados no balanço patrimonial; [ii] Variação registrada no resultado financeiro, líquido.

Opções por valor justo: A Companhia optou irrevogavelmente por designar os passivos abaixo para registro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que contratou instrumentos derivativos para proteção das exposições cambiais ou de juros para tais, mantendo assim o objeto e instrumento na mesma base de mensuração:

Risco de câmbio		*Nocional*	Valor registrado 31/12/2025	Valor registrado 31/12/2024	Ajuste de valor justo 31/12/2025	Ajuste de valor justo 31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
4.131 Scotiabank (2022)	USD + 2,13%	–	–	(1.245.669)	–	3.580
4.131 Scotiabank (2023)	USD + 4,04%	(749.310)	(828.619)	(926.262)	(625)	5.920
Total dívida		**(749.310)**	**(828.619)**	**(2.171.931)**	**(625)**	**9.500**
Instrumentos financeiros derivativos						
4.131 Scotiabank (2022)	CDI + 1,20%	–	–	95.971		
4.131 Scotiabank (2023)	CDI + 1,30%	749.310	69.736	169.184		
Total derivativos		**749.310**	**69.736**	**265.155**		
Total		**–**	**(758.883)**	**(1.906.776)**		

Risco de juros		*Nocional*	Valor registrado 31/12/2025	Valor registrado 31/12/2024	Ajuste de valor justo 31/12/2025	Ajuste de valor justo 31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
BNDES Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	(78.110)	(67.724)	(88.477)	2.844	3.288
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%	(616.366)	(575.320)	(639.325)	41.068	39.439
BNDES Projeto IX	IPCA + 5,74%	(540.992)	(564.266)	(554.820)	46.209	54.110
BNDES Projeto IX - Sub B	IPCA + 6,01%	(301.483)	(299.933)	(295.695)	20.339	23.999
BNDES Projeto IX - Sub A (dez/23)	IPCA + 5,74%	(292.893)	(291.576)	(287.962)	19.222	22.242
BNDES Projeto IX - Sub A (set/24)	IPCA + 5,74%	(188.050)	(186.576)	(184.883)	9.574	10.864
4ª Emissão - 3ª Série	IPCA + 7,36%	–	–	(41.436)	–	718
9ª Emissão - 1ª Série	IPCA + 5,12%	(500.000)	(575.279)	(512.946)	75.823	88.728
9ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 5,22%	(500.000)	(530.740)	(466.173)	120.271	133.379
11ª Emissão - 1ª Série	IPCA + 6,38%	(750.000)	(757.553)	(685.420)	58.101	72.780
11ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 6,45%	(750.000)	(739.987)	(662.782)	68.957	85.912
12ª Emissão - Série Única	IPCA + 7,17%	(600.000)	(619.902)	(588.142)	(18.877)	(10.096)
Total dívida		**(5.117.894)**	**(5.208.856)**	**(5.008.061)**	**443.531**	**525.363**
Instrumentos financeiros derivativos						
BNDES Projetos VI e VII	87,50% CDI	78.110	(3.048)	(3.332)		
BNDES Projeto VIII	82,94% CDI	616.366	(42.744)	(39.834)		
BNDES Projeto IX	98,90% CDI	540.992	33.502	1.394		
BNDES Projeto IX - Sub B	98,49% CDI	301.483	1.149	(15.994)		
BNDES Projeto IX - Sub A (dez/23)	95,55% CDI	292.893	1.745	(14.383)		
BNDES Projeto IX - Sub A (set/24)	92,35% CDI	188.050	783	(8.929)		
4ª Emissão - 3ª Série	112,49% CDI	–	–	3.203		
9ª Emissão - 1ª Série	109,20% CDI	500.000	37.108	5.192		
9ª Emissão - 2ª Série	110,60% CDI	500.000	(7.512)	(39.535)		
11ª Emissão - 1ª Série	100,45% CDI	750.000	(37.596)	(71.755)		
11ª Emissão - 2ª Série	99,70% CDI	750.000	(48.653)	(84.963)		
12ª Emissão - Série Única	95,66% CDI	600.000	44.360	10.424		
Total derivativos		**5.117.894**	**(20.906)**	**(258.512)**		
Total		**–**	**(5.229.762)**	**(5.266.573)**		

16. Mensurações de valor justo

Política Contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. • Nível 3: utilizam inputs para mensurar o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: • O uso de preços de mercado cotados; • Para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado; • Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo que tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio estão incluídas no Nível 2. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	Valor contábil e valor justo 31/12/2025 Nível 2	Valor contábil e valor justo 31/12/2024 Nível 2
Ativos			
Operações compromissadas	6	618.082	1.040.878
Títulos e valores mobiliários	7	1.402.949	1.022.247
Instrumentos financeiros derivativos	15	201.612	285.368
Total		**2.222.643**	**2.348.493**
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(7.635.947)	(7.858.777)
Instrumentos financeiros derivativos	15	(230.781)	(380.290)
Total		**(7.866.728)**	**(8.239.067)**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve alteração na classificação dos níveis.

17. Gestão de risco financeiro

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global, e de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. **a) Risco de mercado:** A Administração gerencia e controla as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Tesouraria. **i. Risco cambial:** A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, garantindo a proteção contra a volatilidade dessas moedas e minimizar impactos das disparidades em seus ativos e passivos. O cenário provável considera uma projeção de câmbio em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável. Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumentos	Exposição [i]	Provável Câmbio	Provável Valor	Cenário 25%	Cenário 50%	Cenário (25%)	Cenário (50%)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(813.372)	5,50	(70.562)	(202.515)	(406.509)	202.515	406.509
Derivativos de taxa de juros e câmbio	813.372	5,50	70.562	202.515	406.509	(202.515)	(406.509)
Total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

[i] Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, para os quais é apresentado o nocional, a exposição das demais rubricas corresponde ao saldo em 31 de dezembro de 2025. **ii. Risco da taxa de juros:** A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, visando mitigar a volatilidade dessas taxas e minimizar impactos de descasamentos entre seus ativos e passivos. O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nos indicadores econômicos usados no cenário provável. Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos indicadores econômicos afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

	Exposição [i]	Provável Juros	Provável Valor	Cenários 25%	Cenários 50%	Cenários (25%)	Cenários (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.260.666	CDI - 13,44%	169.433	211.792	254.150	127.075	84.717
Títulos e valores mobiliários	1.402.949	CDI - 13,44%	188.556	235.695	282.835	141.417	94.278
Derivativos de taxa de juros	6.807.328	CDI - 13,44% IGP-M - 3,81% IPCA - 4,12%	(634.443)	(793.054)	(951.664)	(475.832)	(317.221)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.540.623)	CDI - 13,44%	(499.780)	(624.715)	(749.650)	(374.844)	(249.871)
Impactos de ganho (perda) no exercício	(69.680)	–	**(776.234)**	**(970.282)**	**(1.164.329)**	**(582.184)**	**(388.097)**

[i] Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, a exposição das rubricas corresponde aos saldos em 31 de dezembro de 2025. **b) Risco de crédito:** As operações regulares da Companhia expõem a potenciais descumprimentos quando clientes e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam afetar suas operações. A exposição da Companhia ao risco de recebíveis (nota 8) é considerada reduzida, em função da base de clientes pulverizada. Ainda assim, a Companhia mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito da carteira de clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela Administração. Ademais, para a categoria Industrial, o qual possui uma carteira menos pulverizada e vem diminuindo sua representatividade devido à migração de clientes para o mercado livre, o risco de crédito é minimizado mediante acompanhamento por parte dos consultores de venda responsáveis, bem como uso de ferramentas de mercado que auxiliam na identificação de possíveis mudanças no comportamento de pagamento dos clientes dessa categoria. Os montantes de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A"

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2026 | 22:39:55 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CBE0E72C-1064-4AE7-B055-C8E0EB3138C8

comgas

investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pela Tesouraria, de acordo com a política da Companhia. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. A avaliação do risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos baseia-se nas classificações atribuídas por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
AAA	2.864.870	3.303.973
AA	–	88.462
A	–	103.094
Not rated	357	504
Total	**2.865.227**	**3.496.033**

c) Risco de liquidez: A política da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos no vencimento, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou expor-se a danos reputacionais. Os passivos financeiros são classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	31/12/2025 Total	31/12/2024 Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.989.925)	(1.112.368)	(4.594.133)	(12.166.919)	(19.863.345)	(11.047.371)
Instrumentos financeiros derivativos	(345.036)	(268.469)	(504.847)	3.765.751	2.647.399	(104.457)
Fornecedores	(644.696)	–	–	–	(644.696)	(1.156.722)
Outros passivos financeiros	(84.105)	–	–	–	(84.105)	(132.999)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(905)	–	–	–	(905)	(1.065)
Parcelamento de débitos tributários	(998)	(998)	(1.995)	(83)	(4.074)	(4.674)
Passivo financeiro setorial [i]	(76.733)	–	–	–	(76.733)	(64.718)
Arrendamentos	(13.373)	(12.482)	(32.630)	(8.770)	(67.255)	(58.135)
Pagáveis a partes relacionadas	(133.153)	–	–	–	(133.153)	(223.829)
	(3.288.924)	(1.394.317)	(5.133.605)	(8.410.021)	(18.226.867)	(12.793.970)

[i] A Companhia mantém um passivo setorial classificado no passivo não circulante. Devido à incerteza quanto ao prazo exato de pagamento dessas obrigações, o passivo não foi incluído na calendarização de vencimento. A Companhia reconhece este passivo em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, aguardando definição regulatória para determinar o cronograma de liquidação.

18. Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento: Em 31 de dezembro de 2025, os compromissos da Companhia são substancialmente ligados à fornecimento de gás, totalizando um compromisso financeiro no valor presente estimado em R$ 23.415.880, com prazo até dezembro de 2036, dos quais R$ 8.295.367 referem-se a operações com partes relacionadas, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte. A Companhia tem contratos de suprimentos de gás natural com a Petrobras, Edge, Brava, 3R Potiguar, 3R Bahia, 3R Petroleum, Equinor e Necta nas seguintes condições: • Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro de 2036, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 3,28 milhões de m³/dia, denominado Novo NMG (Novo Mercado de Gás). • Contrato com a Edge (parte relacionada) na modalidade firme, com vigência de 10 anos, até junho de 2033, e com quantidade diária contratual de gás de 2,5 milhões de m³/dia. • Contrato com a Brava Energia, 3R Potiguar, 3R Bahia, E 3R Petroleum na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2025, com vigência até dezembro de 2027, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 92 mil de m³/dia. • Contrato com a Equinor na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2025, com vigência até dezembro de 2034, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 78 mil de m³/dia. • Contrato com a Necta (parte relacionada) na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2025 com vigência até abril de 2026 e volume médio mensal contratado de 24 mil de m³ e volume anual contratado de 292 mil de m³. Os contratos de fornecimento de gás têm seus preços atrelados a indexadores internacionais de mercado (Brent / Henry Hub), além de estarem vinculados ao dólar americano.

19. Fornecedores

Política contábil: As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de gás/transportes	285.532	791.974
Fornecedores de materiais e serviços	359.164	364.748
Total	**644.696**	**1.156.722**

20. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil: A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera recuperar ou liquidar, ao final do período de reporte, os valores contábeis de seus ativos e passivos. Dessa forma, os respectivos saldos são determinados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias no momento de sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes. Tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:**

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.092.624	2.634.850
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(711.492)	(895.849)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Encargos relacionados à não realização do benefício do pacto federativo [i]	(145)	26.736
Selic indébito [ii]	8.690	22.117
Diferenças permanentes (baixas de estoques, doações, brindes, etc.)	(5.291)	(9.598)
Juros sobre capital próprio	151.044	–
Outros	11.048	14.208
Total	**(546.146)**	**(842.386)**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(432.303)	(711.220)
Diferido	(113.843)	(131.166)
Total	**(546.146)**	**(842.386)**
Taxa efetiva - %	**26,10%**	**31,97%**

[i] A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais nº 62.399/2016 e 69.289/2024. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, tendo em vista a consolidação da jurisprudência de forma desfavorável. Assim, com base na IN/RFB 2.184, publicada em 03 de abril de 2024, e no Edital de Transação nº 4/2024, publicado em 16 de maio de 2024, a Companhia iniciou a quitação do passivo, considerando o desconto concedido, no valor de R$310.142 (R$184.069 principal, R$ 56.252 multa e R$69.821 juros), nos valores atualizados até setembro de 2025. Em 30 de setembro de 2025, foi concluída a liquidação total no valor de R$310.142.

[ii] Considerando os efeitos do julgamento do STF no RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020. Após o deferimento da habilitação pela Receita Federal, a Companhia passou a amortizar o crédito em 1/12 avos por mês que foi finalizado em novembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$39.069 (R$19.855 em 31 de dezembro de 2024), registrado no ativo refere-se, aos créditos oriundos de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social dos exercícios de 2013 e 2014 e 2020.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:		
Passivos financeiros setoriais	284.532	266.003
Provisão para demandas judiciais	16.228	23.940
Obrigação de benefício pós-emprego	129.938	128.046
Perda de créditos esperada	19.209	11.993
Provisões de participações no resultado	28.201	25.431
Risco de crédito sobre dívida	25.776	–
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos [i]	25.855	109.211
Outros	32.131	30.298
Tributos diferidos - Ativos	**561.870**	**594.922**
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil	(147.753)	(120.745)
Passivo de arrendamento	(1.368)	(1.661)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	(163.502)	(183.753)
Juros capitalizados	(134.796)	(110.966)
Outros	(44.490)	(17.180)
Tributos diferidos - Passivos	**(491.909)**	**(434.305)**
Total de tributos diferidos registrados	**69.961**	**160.617**

[i] A Companhia, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação de variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

i. Impostos diferidos ativos

Ativo	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Impacto no resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Obrigação de benefício pós-emprego	128.046	4.481	(2.589)	129.938
Benefícios a empregados	25.431	2.770	–	28.201
Risco de crédito sobre dívida	–	–	25.776	25.776
Provisões	301.936	18.033	–	319.969
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	109.211	(83.356)	–	25.855
Outros	30.298	1.833	–	32.131
Total	**594.922**	**(56.239)**	**23.187**	**561.870**

ii. Impostos diferidos passivos

Passivo	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Impacto no resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Intangível	(120.745)	(27.008)	–	(147.753)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo de empréstimos	(183.753)	20.251	–	(163.502)
Passivo de arrendamento	(1.661)	293	–	(1.368)
Juros capitalizados	(110.966)	(23.830)	–	(134.796)
Outros	(17.180)	(27.310)	–	(44.490)
Total	**(434.305)**	**(57.604)**	**–**	**(491.909)**
Total de tributos diferidos registrados	**160.617**	**(113.843)**	**23.187**	**69.961**

d) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre lucro

A Companhia mantém discussões de natureza administrativa e judicial com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a certas interpretações e posições fiscais adotadas na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). A determinação final dessas questões é incerta e pode ser influenciada por fatores externos à Companhia, tais como alterações na jurisprudência e modificações nas leis e regulamentos tributários. Em conformidade com o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia, para cada tratamento fiscal incerto, se é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento utilizado ou planejado na apuração dos tributos. Apenas nos casos que a Companhia conclui que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, são reconhecidos os efeitos da incerteza com base no melhor método de previsão da resolução da questão, seja pelo valor mais provável ou pelo valor esperado. As posições fiscais adotadas pela Companhia são fundamentadas em opiniões de assessores jurídicos especializados. A Companhia está sujeita à revisão das autoridades fiscais em relação ao imposto de renda por um período de até 10 anos, dependendo da jurisdição em que opera. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia obteve êxito integral na discussão de um Auto de Infração que tratava da cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos exercícios de 2015 e 2016. O questionamento da autoridade fiscal estava relacionado à suposta amortização indevida de ágio, bem como às despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP), consideradas em excesso em razão do aumento do patrimônio líquido decorrente da constituição da Reserva Especial de Ágio. Em decorrência do arquivamento definitivo do processo, o valor de R$ 1.352.075 deixou de ser divulgado como perda possível na nota explicativa de demandas judiciais. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia recebeu Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil por suposta falta de pagamento de IRPJ/CSLL, com cobrança de multa e juros, referente ao ano de 2020, relacionados a mudança do critério de reconhecimento das variações cambiais pelo regime de caixa, adotado no ano calendário de 2020, no montante de R$ 600.118. Em 31 de dezembro de 2025 o montante total dos valores autuados e em discussão com as autoridades fiscais em que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, era de R$ 2.884.575 (R$ 3.386.738 em 31 de dezembro de 2024).

21. Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil: As provisões para demandas judiciais são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor pago e posteriormente corrigidos monetariamente.

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	18.748	14.190	130.311	125.540
Cíveis, ambientais e regulatórias	19.071	47.089	6.504	6.009
Trabalhistas	9.724	9.134	4.569	5.831
Total	**47.543**	**70.413**	**141.384**	**137.380**

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**12.593**	**17.559**	**15.364**	**45.516**
Provisionado no exercício	1.573	34.802	5.653	42.028
Baixas por reversão	(529)	(11.797)	(3.788)	(16.114)
Pagamento	(344)	(1.970)	(6.088)	(8.402)
Atualização monetária [i]	897	8.495	(2.007)	7.385
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**14.190**	**47.089**	**9.134**	**70.413**
Provisionado no exercício	2.237	3.661	3.126	9.024
Baixas por reversão	(335)	(2.726)	(1.982)	(5.043)
Pagamento [ii]	(187)	(26.370)	(1.172)	(27.729)
Transferência	(343)	–	–	(343)
Atualização monetária [i]	3.186	(2.583)	618	1.221
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**18.748**	**19.071**	**9.724**	**47.543**

[i] Inclui juros por reversões e constituições de processos; [ii] Contempla pagamentos de acordos trabalhistas, cíveis e tributários.

Perdas possíveis: Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	173.641	160.529
Cíveis, regulatórias e ambientais	92.681	124.392
Trabalhistas	98.307	62.358
Total	**364.629**	**347.279**

a) Tributárias: As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão relacionadas a tributos indiretos. As posições fiscais incertas de imposto de renda e contribuição social foram avaliadas individualmente com base na probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal, conforme exigido pela CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12) e estão apresentadas na nota 20 d). **b) Cíveis, ambientais e regulatórias:** Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre rescisões ou revisões de contratos, direitos reais, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia, incluindo demandas sobre matérias regulatória e ambiental. Os processos regulatórios versam, em geral, sobre processos administrativos sancionatórios instaurados por órgãos reguladores. **c) Trabalhistas:** Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

22. Obrigações de benefícios pós-emprego

Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas, as quais são revisadas anualmente pela Administração. Os principais benefícios estão descritos a seguir: **Planos de contribuição definida:** A Companhia é patrocinadora de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida.Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Planos de benefício definido:**,*Plano médico:* A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, terão direito ao benefício somente empregados que na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia e, que em 31 de maio de 2000 tenham 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício definidos representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado. As contribuições realizadas pela Companhia para o plano de contribuição e benefício definido, registradas no resultado, totalizaram R$ 44.070 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 43.342 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação de benefício definido inicial	376.606	442.164
Custo dos serviços	103	70
Juros sobre obrigação atuarial	43.967	43.272
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras [i]	1.379	(81.661)
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência [i]	(8.994)	3.930
Benefícios pagos	(30.891)	(31.169)
Obrigação de benefício definido final	**382.170**	**376.606**
Contribuição do empregador	(30.891)	(31.169)
Benefícios pagos	30.891	31.169
Valor justo final dos ativos do plano	**–**	**–**
Passivo líquido de benefício definido	**382.170**	**376.606**

[i] Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2025	31/12/2024
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
Ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(1.379)	81.661
(Perdas)/ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	8.994	(3.930)
Ganhos atuariais líquidos	**7.615**	**77.731**

As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente, sendo as principais destacadas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa real de desconto	7,27% a.a.	7,31% a.a.
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Aging factor	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2026 | 22:40:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CBE0E72C-1064-4AE7-B055-C8E0EB3138C8

comgas

investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 9,9 anos (sendo de 8,9 anos para 31 de dezembro de 2024). **Análise de sensibilidade:** A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes e, por essa razão, a Companhia realizou análise de sensibilidade para avaliar seus efeitos sobre o passivo. Um aumento de 0,50% na taxa de desconto resultaria em redução de R$ 16.582 no passivo, enquanto uma redução de 0,50% ocasionaria aumento de R$ 18.060.

23. Patrimônio líquido

Política contábil: Capital social: Ações ordinárias e preferenciais: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os dividendos mínimos, fixados em 25% no estatuto social, são reconhecidos como passivo ao final de cada exercício. Qualquer valor superior a esse mínimo somente será reconhecido como passivo após a devida aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e registrados como uma redução do patrimônio líquido, com o benefício fiscal correspondente sendo reconhecido na demonstração do resultado. O cálculo e pagamento dos dividendos ocorrem com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. O capital subscrito de R$ 536.315 é representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas, e 28.658 ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações para os exercícios apresentados abaixo, e sua composição é a que segue:

	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2025 e 31/12/2024					
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**Total**	**%**
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
Total	**103.863**	**100**	**28.658**	**100**	**132.521**	**100**

a) Dividendos: Em 2025, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares em duas ocasiões: em 13 de outubro, no valor de R$ 700.000, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2025, pagos em 31 de outubro; e em 10 de novembro, no valor de R$ 50.000, com base no resultado apurado até 31 de outubro de 2025, pagos em 26 de novembro de 2025. **b) Juros sobre capital próprio:** Em 2025, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio em duas ocasiões: em 11 de abril, no valor de R$ 94.246, antes dos tributos, com base nos saldos apurados até 31 de março de 2025, pagos em 30 de abril; e em 10 de novembro, no valor de R$ 350.000, antes dos tributos, com base nos saldos apurados até 31 de outubro de 2025, pagos em 26 de novembro de 2025.

c) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**332.326**
Dividendos do exercício anterior	1.154.634
Dividendos intercalares	1.250.000
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(2.735.338)
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	(557)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.065**
Dividendos intercalares	750.000
Juros sobre capital próprio	444.246
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.194.010)
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	(396)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**905**

d) Destinação do resultado do exercício:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	1.546.478	1.792.464
Constituição da reserva legal - 5% (i)	–	–
Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros	**1.546.478**	**1.792.464**
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(1.194.246)	(1.250.000)
Percentual destinado (ii)	77%	70%
Total do lucro do exercício a destinar	**352.232**	**542.464**

(i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve a constituição de reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), que estabelece que, caso o valor da reserva legal ultrapasse 20% do capital social, não será exigida a sua constituição adicional. (ii) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve a constituição de dividendos mínimos obrigatórios, tendo em vista que a destinação do resultado do exercício foi superior ao percentual mínimo de 25% estabelecido no Estatuto Social da Companhia. A deliberação sobre o montante da retenção de lucros que exceder o capital social, nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404/76, bem como a destinação integral do lucro líquido do exercício, caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária.

24. Receita operacional líquida

Política contábil: A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais: **i. Receita de vendas de gás - faturada:** A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas. **ii. Receita de vendas de gás - não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se à porção de distribuição de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado considerando o volume médio faturado diário multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Adicionalmente, sobre o referido volume é aplicada a tarifa vigente aprovada pelo órgão regulador. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **iii. Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, sendo reconhecida no resultado conforme evolução da construção. A receita de construção possui margem zero sendo reconhecida no custo de produtos vendidos uma despesa de igual valor. **iv. Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia no exercício:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de distribuição de gás		12.753.704	17.388.982
Receita bruta na prestação de serviços, penalidades e outros		369.974	465.749
Receita de construção	13	1.337.217	1.451.629
Impostos e deduções sobre vendas		(2.871.279)	(3.863.167)
Receita operacional líquida		**11.589.616**	**15.443.193**

A seguir, é apresentada a receita líquida por categorias de clientes e seus respectivos custos no exercício:

Categoria	31/12/2025	31/12/2024
Residencial	2.490.482	2.227.179
Comercial	794.437	773.198
Industrial	5.393.456	9.739.754
Cogeração	269.808	507.956
Automotivo	254.047	321.780
Termogeração	5.785	6.580
Receita de construção	1.337.217	1.451.629
Outras receitas	306.134	381.504
Mercado cativo	**10.851.366**	**15.409.580**
Industrial	707.280	26.676
Cogeração	23.822	–
Automotivo	192	–
Termogeração	6.956	6.937
Mercado livre (i)	**738.250**	**33.613**
Receita líquida	**11.589.616**	**15.443.193**
Residencial	(762.752)	(735.283)
Comercial	(334.758)	(351.991)
Industrial	(4.041.588)	(7.733.288)
Cogeração	(227.553)	(440.756)
Automotivo	(208.659)	(276.039)
Termogeração	(5.619)	(5.223)
Custo de construção	(1.337.217)	(1.451.629)
Amortização	(688.416)	(653.444)
Outros custos	(483.201)	(474.434)
Custos dos produtos vendidos	**(8.089.763)**	**(12.122.087)**
Resultado bruto	**3.499.853**	**3.321.106**

(i) Corresponde aos clientes que migraram para o ambiente de contratação do mercado livre ao longo de 2025 impulsionado pelo Decreto n° 12.153 de agosto de 2024, que estabeleceu diretrizes para a regulamentação do setor de gás no Brasil a partir da Nova Lei do Gás (Lei 14.134/21). O cliente negocia a compra do gás diretamente com os fornecedores, mas mantém o contrato de uso do sistema de distribuição sob concessão da Companhia.

25. Custos e despesas por natureza

Política contábil: Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função e desagregados por natureza na nota explicativa. Os custos das vendas incluem o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos. Os custos de construção são reconhecidos por referência à receita de construção.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Custo do gás, transporte e outros		(5.804.604)	(9.780.376)
Custo de construção	13	(1.337.217)	(1.451.629)
Amortizações		(688.416)	(653.444)
Gastos com pessoal		(232.053)	(230.500)
Gastos com materiais e serviços		(479.283)	(440.737)
Total		**(8.541.573)**	**(12.556.686)**
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(8.089.763)	(12.122.087)
Despesas de vendas		(168.230)	(135.406)
Despesas gerais e administrativas		(283.580)	(299.193)
Total		**(8.541.573)**	**(12.556.686)**

26. Outros resultados operacionais, líquidos

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão de outras provisões (i)	–	291.032
Resultado nas baixas de ativos intangíveis (ii)	(43.759)	(58.971)
Efeito líquido das demandas judiciais e parcelamentos tributários	(9.380)	(39.740)
Outros	(5.575)	(5.373)
Total	**(58.714)**	**186.948**

(i) No segundo trimestre de 2024, a Companhia reavaliou e concluiu, segundo os critérios do CPC 25 / IAS 37, que não havia expectativa provável de saída de recursos para parte do montante então registrado em seu balanço patrimonial na rubrica "Outras provisões", procedendo assim com sua reversão. (ii) Inclui o resultado na venda do antigo centro operacional, conforme aprovado pelo Órgão regulador, registrado no 1º trimestre de 2025.

27. Resultados financeiros

Política contábil: A receita financeira abrange receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e arrendamentos, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivativos e cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e despesas financeiras são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívida	(930.168)	(757.342)
Ajuste a valor justo de dívida e derivativos	(441.755)	309.224
Variação cambial sobre dívida	169.520	(483.683)
Amortização do gasto de captação e fiança e garantias sobre dívida	(23.024)	(15.456)
Total	**(1.225.427)**	**(947.257)**
Rendimentos de aplicações financeiras	342.551	308.837
Total	**342.551**	**308.837**
Custo da dívida líquida	**(882.876)**	**(638.420)**
Outros encargos e variações monetárias		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(19.298)	(19.423)
Juros sobre contas a receber de clientes	42.025	39.022
Juros sobre ativo e passivo setorial (nota 11)	(91.463)	(72.409)
Juros capitalizados nos ativos de contrato (nota 13)	79.018	78.980
Juros sobre passivo atuarial (nota 22)	(43.967)	(43.272)
Encargos relacionados à não efetivação do benefício do pacto federativo	(1.838)	(31.564)
Juros sobre contingências e depósitos judiciais	7.739	(6.827)
Despesas bancárias	(5.014)	(9.234)
Outros efeitos financeiros	18.969	264.542
Total	**(13.829)**	**199.815**
Resultado financeiro, líquido	**(896.705)**	**(438.605)**
Reconciliação		
Despesas financeiras	(1.117.969)	(833.373)
Receitas financeiras	493.499	569.227
Variação cambial líquida	169.520	(483.683)
Derivativos (i)	(441.755)	309.224
Resultado financeiro, líquido	**(896.705)**	**(438.605)**

(i) Contempla o resultado de derivativos de câmbio e juros.

28. Lucro por ação

Política contábil: Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: • O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e • Pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável. **Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: • O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e • O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras se aplicável. A Companhia não possui instrumentos com potencial de conversão de ações. A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

Resultado por ação	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Resultado do exercício	**1.546.478**	**1.792.464**
Ações ordinárias	1.186.393	1.375.104
Ações preferenciais	360.085	417.360
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.658
Resultado básico e diluído por ação		
Ação ordinária	11,4227	13,2396
Ação preferencial	12,5650	14,5636

As ações preferenciais asseguram aos seus titulares dividendos por ação 10% superior ao das ações ordinárias, conforme o Estatuto Social da Companhia.

29. Pagamento com base em ação

Política contábil: A Companhia concede, a colaboradores elegíveis, planos de *phantom shares*, que preveem a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") de acordo com planos aprovados em Assembleias Gerais. As *phantom shares* não conferem aos colaboradores elegíveis a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação ordinária de emissão da Companhia é entregue aos colaboradores elegíveis em razão das *phantom shares* outorgadas. Os SARs oferecem a oportunidade aos colaboradores elegíveis de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da sua controladora Compass Gás e Energia S.A. A Companhia reconhece como despesa o valor justo das ações, apurado na data da outorga, em base linear durante o período de serviço exigido pelo plano, em contrapartida ao passivo de ordenados e salários a pagar. Quando as condições vinculadas ao *phantom shares* não são cumpridas a despesa ora reconhecida é revertida, de forma que a despesa acumulada reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão pagas em dinheiro. O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento com base em ações:

Plano de remuneração com base em ações, liquidado em caixa

Data do programa	**Expectativa de período (anos)**	**Concessão de planos**	**Valor justo na data de outorga - R$**
01/08/2025	3	40.437	45,57
Total	–	**40.437**	–

Reconciliação dos planos de concessão de direito de valorização de ações

	Quantidade de ações
Saldo em 31/12/2024	**–**
Acréscimo de ações	40.437
Saldo em 31/12/2025	**40.437**

Despesa reconhecida no resultado: As despesas de remuneração baseada em ações totais contabilizadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R$ 197.

30. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	**Ramo da apólice**	**Limite máximo de indenização 31/12/2025**
Ativo fixo	Riscos operacionais nomeados	108.336
Responsabilidade civil	Geral, obras civis, instalações, montagens, concessionária ou não de distribuição de gás	300.000
Riscos diversos	Danos materiais de causa externa, roubo e/ou furto qualificado, danos elétricos, despesas de salvamento (i)	4.247
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	319.487
Garantia	Seguro garantia (ii)	3.488.835
Outros	Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (D&O) (iii)	550.240
Total		**4.771.145**

(i) Referente a duas apólices distintas de riscos diversos, com cobertura para frota, equipamentos e maquinários específicos. (ii) O montante é referente à somatória da Importância Segurada de todas as apólices emitidas por meio de seguro garantia. (iii) D&O é dividido por excesso entre 3 seguradoras de primeira linha. A apólice e seu LMI são compartilhados entre empresas do Grupo. O LMI da apólice é o equivalente a US$ 100 milhões.

31. Eventos subsequentes

Conflito coordenado entre Estados Unidos e Israel contra o Irã: Em 28 de fevereiro de 2026, houve uma escalada de tensões geopolíticas decorrente de um ataque militar coordenado entre os Estados Unidos e Israel contra o Irã, que gerou confrontos e uma série de reações na região do Oriente Médio. Até a presente data, a Administração avaliou que tais eventos não resultaram em impactos diretos significativos nas operações, na posição patrimonial ou nos resultados da Companhia. Acompanharemos de forma contínua os desdobramentos desses acontecimentos e eventuais impactos na Companhia.

MEMBROS DA DIRETORIA

Felipe Ferreira Guimarães Figueiredo - Diretor Presidente
Andrea Di Benedetto Arantes - Diretora Jurídica e de Compliance
Bruno Silva Dalcolmo - Diretor Institucional e Regulatório
Henrique Sonja Pereira Penha - Diretor de Suprimentos
Lucas Rafael de Freitas Luiz - Diretor de Operações
Milena Chamas Bitelli Brito - Diretora de Vendas
Monalisa Pedrosa Trouquim Silva - Diretora de Pessoas, Cultura e Sustentabilidade
Paulo Roberto Belem Junior - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Rafael Mattos Alvarez - Diretor de Engenharia e Planejamento Estratégico
Thiago Gazoli Trevisan (Diretor Não Estatutário) - Diretor de TI

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Alexandre Pedercini Issa - Membro Titular
Carla Alessandra Trematore - Membro Titular
Guido Barbosa de Oliveira - Membro Titular
Felício Mascarenhas de Andrade - Suplente
Genival Francisco da Silva - Suplente
Henrique Aché Pillar - Suplente
Marcelo Curti - Membro Titular
Mario Augusto da Silva - Membro Titular
Nadir Dancini Barsanulfo - Suplente

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nelson Roseira Gomes Neto - Presidente do Conselho de Administração
Antônio Simões Rodrigues Júnior - Vice Presidente do Conselho de Administração
Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva - Membro do Conselho de Administração (Representante dos Empregados)
Luis Carlos Veguin - Membro Independente do Conselho de Administração
Renato Aparecido Fontalva - Membro do Conselho de Administração

CONTADOR

Leonardo Leroy Simis Ratke - CRC 1SP-326956/O-1

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2026 | 22:40:09 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CBE0E72C-1064-4AE7-B055-C8E0EB3138C8

comgas

investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

continuação

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou (i) o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) as propostas de Orçamento de Capital referente ao exercício social de 2026 e de destinação do lucro líquido do exercício de 2025, a ser realizada conforme art. 40 do Estatuto Social da Companhia. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., emitido sem modificações, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos e propostas acima referidos estão aptos ao encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 04 de março de 2026

Marcelo Curti	Alexandre Pedercini Issa	Carla Alessandra Trematore	Mario Augusto Silva	Guido Barbosa de Oliveira
Presidente e Membro Titular do Conselho Fiscal	Membro Titular do Conselho Fiscal	Membro Titular do Conselho Fiscal	Membro Titular do Conselho Fiscal	Membro Titular do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

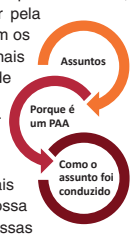
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Receita de venda de gás fornecida e não faturada - Nota 8 e 24	
A receita de distribuição de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte do gás distribuído não é faturado ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, o qual em 31 de dezembro de 2025 totalizava R$ 497.453 mil. O cálculo da receita de gás não faturada envolve dados históricos, tais como tarifa de venda de gás definida pelo regulador e número de dias de consumo não faturado, além da estimativa por parte da administração acerca do comportamento do consumo dos clientes na rede de distribuição no período não faturado em relação ao período faturado. Devido a relevância dos valores envolvidos na aplicação de estimativas e julgamentos pela administração, esse assunto foi considerado como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de receita e contas a receber, bem como dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos, controles e testes substantivos para recálculo da estimativa. Realizamos o entendimento e testamos os processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados, bem como os modelos de cálculo para mensuração e contabilização da receita de gás fornecida e não faturada. Seleção em base amostral, de receitas já faturadas, para inspeção do documento fiscal referente a última medição realizada no mês, com o objetivo de conferir que: (i) a quantidade de dias estimados de consumo obtida a partir da data da última leitura do medidor de gás até a data de fechamento está razoável; (ii) o cálculo do consumo médio diário está conforme a última fatura emitida; e (iii) comparação da estimativa de receita de gás fornecida e não faturada com a receita efetivamente faturada no mês subsequente. Adicionalmente, validamos que o valor da tarifa de venda de gás que está sendo utilizado no cálculo da estimativa, está de acordo com o preço por segmento estabelecido pelo órgão regulador. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.
Mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, ativo intangível e ativos de contrato - Notas 5, 12 e 13	
A Companhia possui registrado ativo financeiro indenizável, ativo intangível do contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado e ativos de contrato nos montantes de R$ 552.653 mil, R$ 8.430.346 mil e R$ 793.514 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na rede de distribuição de gás canalizado sujeito à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados; direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de gás; custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras. O reconhecimento desses investimentos entre ativo financeiro indenizável, ativo intangível e ativos de contrato envolve complexidade e julgamento por parte da Administração. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável, ativo intangível e ativos de contrato.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, ativo intangível e ativos de contrato. Efetuamos o cálculo matemático e testamos o modelo utilizado para a classificação dos investimentos entre ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Seleção em base amostral, dos materiais, e serviços aplicados às obras que evidenciam os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados. Avaliamos se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação entre ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível do contrato de concessão reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2024 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC 1MG091301/O-2

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2026 | 22:40:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/